



PROJETO DE LEI Nº 0029-11 DE 14 DE MARÇO DE 2011

Concede a Revisão Geral anual do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, bem como concede aumento real aos servidores ativos do Poder Executivo e aos aposentados e pensionistas do Município.

Art. 1º A revisão geral anual, de que trata o inciso X, parte final, do artigo 37, do § 8º, artigo 40 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 2.831, de 29.03.2004, é concedida pela aplicação do índice de 6,01,% (seis inteiros e um décimo por cento), bem como o aumento real de 3,99% (três inteiros e noventa e nove centésimos percentuais), aos servidores ativos do Poder Executivo e aos aposentados e pensionistas do Município.

Parágrafo Único. O aumento real de que trata o 'caput' deste artigo será concedido da seguinte forma:

- I – 0,99% (noventa e nove centésimos percentuais), a partir de março de 2011;
- II _ 1% (hum por cento), a partir maio de 2011;
- III _ 1% (hum por cento), a partir de julho de 2011;
- IV_ 1% (hum por cento), a partir de setembro de 2011.

Art. 2º A despesa decorrente desta lei será atendida pelas dotações próprias do orçamento para o ano de 2011.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 14 DE MARÇO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0029-11, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo projeto de lei, para colher a autorização legislativa a fim de conceder a revisão geral anual dos servidores públicos ativos do Poder Executivo (estatutários e celetistas), e dos aposentados e pensionistas do Município.

Respeitada a iniciativa privativa de cada Poder, o Executivo tem competência para conceder revisão geral anual aos vencimentos de seus servidores públicos, nos termos do inciso X, parte final do artigo 37, extensivo aos aposentados e pensionistas do Município, nos termos do parágrafo oitavo, artigo 40, ambos da Constituição Federal.

Dispensado no presente caso, o cálculo acerca do impacto orçamentário-financeiro, a teor do dispositivo previsto no artigo 17, parágrafo sexto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), relativamente ao reajuste dos servidores.

O cálculo do impacto orçamentário e financeiro com relação ao aumento real dos servidores públicos municipais, tendo em vista o previsto nos artigos 16, inciso I, 17 e 21 da lei de responsabilidade fiscal, segue em anexo.

Após verificação da compatibilidade da situação orçamentária, com a utilização do índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado dos últimos doze meses, o índice corresponde a 6,01% (seis inteiros e um décimo por

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

cento), como revisão geral anual, bem como aumento real no índice de 3,99% (três inteiros e noventa e nove centésimos por cento), divididos em 0,99% (noventa e nove centésimos percentuais), para o mês de março e 3% (três por cento), divididos em três parcelas de 1% (um por cento), a serem incluídas respectivamente nos meses de maio (1%), julho (1%) e setembro (1%), de acordo com a suportabilidade financeira do município.

São estas as razões que justificam a aprovação do presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 14 DE MARÇO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito